

Agrupamento de Escolas de Anadia	2025/2026
Conselho Geral	
ATA NÚMERO OITENTA E TRÊS DA REUNIÃO DO CONSELHO GERAL	

----- Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano dois mil e vinte e seis, pelas dezoito horas,
5 reuniram, na sala contígua à Biblioteca da Escola Básica e Secundária de Anadia, os elementos do
Conselho Geral (CG). Estiveram ausentes os conselheiros Diana Teixeira, Elói Gomes e Laura Bilelo,
sendo as suas faltas oportuna e devidamente justificadas. -----

----- Ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um - Informações. -----

10 ----- Ponto dois - Aprovar o relatório de contas de gerência. -----

----- Ponto três - Revisão do Regulamento Interno - artigo 162.º. -----

----- Ponto quatro - Aprovar a Comissão Eleitoral do Orçamento Participativo das Escolas. -----

----- Ponto cinco - Apreciar o relatório periódico de execução do Plano Anual de Atividades (PAA). -----

----- Ponto seis - Aprovar o mapa de férias do diretor. -----

15 -----

----- O presidente deu início à reunião apresentando a nova conselheira que passará a representar
o Instituto Politécnico de Coimbra, a conselheira Sofia Silva. Procedeu a uma breve apresentação
dos elementos do conselho e deu seguimento à reunião passando à aprovação da ata da reunião
anterior. Após algumas retificações, esta foi aprovada por unanimidade pelos elementos presentes
20 na reunião visada. -----

----- Dando seguimento à reunião, apresentou a ata que sintetiza o processo de análise e delibe-
ração do recurso de 14 de janeiro de 2026. Contextualizou a necessidade deste documento como
sendo uma súmula de todo o processo, facilitando a consulta do mesmo caso seja solicitado algum
esclarecimento. O conselho concordou com esta medida, considerando-a uma mais-valia e aprovou,
25 por unanimidade, a ata apresentada. Em situações análogas futuras, este será o procedimento a
seguir. -----

----- Antes de entrar na ordem de trabalhos, o presidente questionou se alguém desejava propor
algum assunto adicional. O conselheiro Tiago Castelo Branco perguntou se já houve algum desen-
volvimento relativamente à comunicação dos problemas existentes na estrutura do edifício. Uma
30 vez que este assunto iria já ser referido pelo diretor e pelos representantes da autarquia, após
auscultação e aprovação do conselho, será abordado ao longo da reunião em momento oportuno. O

conselheiro Paulo Costa solicitou incluir um assunto referente ao ensino articulado, tendo o conselho anuído. O diretor solicitou que, futuramente, as propostas de novos assuntos que não estejam na convocatória, sejam conhecidos antecipadamente, tendo esta ideia sido reforçada pelo presidente do conselho. -----

----- Ponto um - Informações. -----

----- O presidente partilhou a informação da Equipa de Autoavaliação relativamente à atribuição do Selo Protetor (25-27) ao Agrupamento de Escolas de Anadia, no âmbito de uma candidatura promovida pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CPCJ), reconhecendo o compromisso que o Agrupamento assume relativamente à proteção da criança e promoção dos seus direitos, com vista à sua segurança e bem-estar. Este reconhecimento confere um grande prestígio e, em simultâneo, uma responsabilidade acrescida, tendo em vista a salvaguarda dos direitos das crianças e jovens. Com efeito, o Agrupamento de Escolas de Anadia e a comunidade educativa possuem um papel privilegiado na disseminação de boas práticas de promoção dos Direitos das Crianças, tendo em vista o desenvolvimento de uma cultura colaborativa e preventiva. -----

----- Relativamente a este assunto, o conselheiro Bruno Cruz, elemento da Equipa de Autoavaliação, prestou alguns esclarecimentos sobre a natureza desta distinção, o processo de candidatura ao mesmo e o compromisso do agrupamento em estreita ligação/parceria com a CPCJ de Anadia, tudo em prol da defesa e proteção dos direitos das crianças e jovens do nosso agrupamento. -----

----- Relativamente ao processo de incumprimento das medidas disciplinares aplicadas ao aluno, decorrentes da deliberação do Conselho Geral em reunião de três de julho de dois mil e vinte e cinco, comunicou-se ao Ministério Público, através do ofício n.º 14/2026, de oito de janeiro de dois mil e vinte e seis, a persistência de faltas de cumprimento das referidas medidas. Em vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e seis, o Procurador solicitou informações adicionais, as quais foram fornecidas em vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e seis, através do ofício n.º 45/2026. À data, aguardam-se informações sobre o ponto de situação. Está pendente a situação do pedido de desculpas, sendo que o dia de suspensão já foi cumprido. -----

----- O conselheiro Jorge Sampaio relativamente à solicitação feita na última reunião sobre o uso do pavilhão dos desportos, informou que este já está a ser usado desde o dia um de fevereiro. A avaliação feita até ao momento é bastante positiva. Informou que irá decorrer, em Anadia, a conferência nacional da CPCJ, de vinte a vinte e dois de maio, estando já abertas as inscrições. -----

----- O presidente propôs que fosse abordado o assunto sobre as comunicações dos danos na estrutura do edifício. O conselheiro Jorge Sampaio informou que tiveram uma reunião com a Parque Escolar (o município e a direção), atualmente Construções Públicas S.A., mas nada foi avançado. Nessa reunião transmitiram que a escola não pode continuar assim. Considera que deverá ser tomada uma posição, podendo esta passar, eventualmente, pelo encerramento da escola. Estava agendada uma visita do Ministro da Educação a qual foi adiada perante a perspetiva de uma greve. Estão a tentar reagendar a visita para abril, coincidindo com a inauguração do Centro Tecnológico,

70 com a perspetiva de que ele venha visitar a escola em funcionamento e que possa ver o que está em causa. O diretor, acrescentou que, da reunião acima mencionada foram apresentadas propostas paliativas, as quais não resolvem a situação. Os problemas existentes remetem já à abertura do edifício em dois mil e quinze e persistem apesar das constantes reclamações que foram feitas ao longo dos anos. Tem-se resistido a medidas como o encerramento da escola pensando nos alunos

75 que irão perder aulas importantes quando vão ter exames. -----
----- Ainda relativamente ao reagendamento da visita do Ministro da Educação, o conselheiro Alexandre Morgado solicitou que o Conselho Geral seja informado da mesma para poder estar presente. O conselheiro Tiago Castelo Branco, considerou que o que está em causa não é apenas a questão dos alunos perderem aulas importantes, mas também a questão da saúde de toda a população escolar. Enquanto Associação de Pais, disponibilizaram-se para tomarem outras medidas, quer estas passem pelo encerramento da escola ou por outras ações, nomeadamente a divulgação na comunicação social.-----

80 ----- Ponto dois - Aprovar o relatório de contas de gerência.-----
----- O presidente solicitou permissão para que os membros do Conselho Administrativo Liliana Fernandes (Coordenadora Técnica dos Serviços Administrativos) e Pedro Patrício (Assistente Técnico), os quais elaboraram o documento apresentado, pudessem participar na reunião, tendo o conselho concordado. Este documento foi enviado antecipadamente para análise. A coordenadora técnica Liliana Fernandes fez a apresentação resumida do documento, a qual abrangeu a introdução e enquadramento institucional, a caracterização do agrupamento, o orçamento e a execução financeira, bem como a análise das demonstrações financeiras e respetivos anexos. Após esta apresentação, o presidente agradeceu o trabalho desenvolvido, quer pela sua clareza quer pela sua organização e passou a palavra ao conselho. -----

85 ----- Relativamente à caracterização do pessoal docente, o diretor Aníbal Marques, salientou a elevada percentagem de docentes que estão na faixa etária acima dos sessenta anos. Tal facto, devido à redução no horário letivo a que os docentes têm direito, coloca uma elevada pressão na gestão do crédito horário, sendo que cerca de quinhentas horas do crédito são absorvidas por estas reduções. Considera que tal compromete a qualidade da parte pedagógica principalmente no que concerne a implementação do apoio ao estudo ou outros apoios aos alunos. -----

90 ----- Os conselheiros representantes da Associação de Pais partilharam a análise que fizeram do documento, tendo considerado que o Relatório de Contas de Gerência de 2025 evidencia solidez financeira, equilíbrio e elevada taxa de execução, destacando-se o rigor na gestão, o investimento tecnológico e a boa execução de programas financiados. Contudo, consideraram que existem áreas de melhoria, nomeadamente a baixa execução de fundos europeus, a subutilização de receitas próprias e o reduzido investimento direto em atividades educativas. Recomendaram que seja promovido um maior alinhamento entre a execução financeira e as prioridades pedagógicas, um reforço da transparência na afetação das verbas às atividades educativas e uma estratégia mais proativa de utilização integral dos recursos disponíveis. -----

100 -----

105 -----

----- Relativamente a estas questões levantadas no parágrafo anterior, a coordenadora técnica Liliana Fernandes prestou alguns esclarecimentos, contrapôs e justificou algumas das considerações destacadas, nomeadamente com a execução e aplicação de certas verbas, reforçando que estas não podem ser gastas a não ser naquilo a que são atribuídas. Algumas das verbas não executadas, ainda serão executadas no ano seguinte como são o caso das verbas do POCH. Quanto às receitas próprias, por exemplo as receitas do bar, prioritariamente, devem ser aplicadas no próprio bar. Tudo o que não foi executado num ano, transita para o ano seguinte. O diretor lembrou que a receita do bar também tem sido usada no reforço do suplemento alimentar dos alunos carenciados, que são cada vez mais, ao contrário da receita desta fonte que tem vindo progressivamente a diminuir. Acrescentou, ainda, que a própria conjuntura mundial que se atravessa, fez com que tivessem de abdicar de certos projetos, nomeadamente ao nível do programa Erasmus. Esclareceu que as verbas para estes projetos compreendem um espaço de três anos e não se podem esgotar logo no primeiro ano. No que concerne a necessidade de existir uma maior transparência a que os conselheiros da Associação de Pais aludiram, discordou desta apreciação, considerando que o documento espelha não apenas transparência como rigor, patentes no documento apresentado e sem escamotear qualquer dado, antes mostrando toda a disponibilidade para qualquer esclarecimento que seja considerado necessário. -----

----- O conselheiro Jorge Sampaio lembrou que o orçamento de um agrupamento escolar não pode ser analisado como um orçamento de uma empresa. Da verba mencionada, apenas uma percentagem muito reduzida pode ser gerida pelo agrupamento e mesmo esta depende de autorização superior. Relativamente à maior percentagem das verbas, tal como foi demonstrado pela apresentação, o agrupamento não tem capacidade de gestão das mesmas, estando já previamente destinadas. --- -----

----- Após mais alguns esclarecimentos, a finalizar este ponto da ordem de trabalhos, o presidente do conselho reforçou que muito do investimento que o grupamento tem feito nomeadamente em desenvolvimento digital é fruto das verbas do POCH e dos projetos de desenvolvimento do Centro Tecnológico. Sem estes e sem os cursos profissionais, a capacidade do agrupamento neste domínio seria muito mais reduzida, uma vez que o investimento do orçamento de estado nesta matéria é praticamente inexistente. Por outro lado, o apoio aos alunos, nomeadamente aos mais carenciados, bem como o desenvolvimento das atividades e projetos do PAA, tem sido sempre assegurado, muitas vezes devido ao esforço e envolvimento dos próprios docentes e assistentes operacionais. Destacou, em sede de análise, que as contas refletem uma gestão prudente e responsável dos recursos financeiros, assegurando o cumprimento do orçamento, a adequada afetação das verbas e o controlo rigoroso das despesas, evidenciando, não obstante as limitações existentes e a redução da margem no período em apreço, um esforço contínuo de otimização na resposta às necessidades da comunidade escolar, com particular incidência na Ação Social Escolar, contribuindo para a melhoria das respostas no processo educativo. Sublinhou ainda a importância de manter uma atenção permanente às oportunidades de investimento. -----

----- Posto à votação, o documento foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto três - Revisão do Regulamento Interno - artigo 162º. -----

----- O presidente apresentou o aditamento ao Regulamento Interno (RI) do Agrupamento de Escolas de acordo com o Parecer/Despacho de onze de março de dois mil e vinte e seis, da senhora
150 Inspetora Geral da Educação, que recomendou a atualização das normas relativas ao acesso e permanência nos recintos escolares. -----

----- O presidente passou a palavra ao diretor que esclareceu a necessidade de introduzir estas medidas no RI, na sequência de uma comunicação, a todos os agrupamentos, da Inspetora Geral da Educação após a publicação na comunicação social, de algumas notícias sobre a incursão pelas es-
155 colas de influencers com certos temas publicados nas redes sociais. Como na nossa escola esteve um destes influencers aquando da campanha para a Associação de Estudantes, o diretor solicitou um pedido de pronúncia aos membros da Associação sobre a situação. Todo o procedimento foi explicado à inspetora Ana Martins, nomeadamente as ações de campanha desenvolvidas durante o processo de eleição bem como as regras definidas pela direção para garantirem uma campanha
160 positiva, num processo enriquecedor e transparente. A própria Associação de Pais acompanhou a campanha eleitoral, tendo os conselheiros seus representantes considerado que houve uma evolução muito positiva, relativamente a anos anteriores. Quando surgiu esta situação, nomeadamente o parecer do Conselho de Escolas e da Inspeção, o diretor propôs a alteração acima indicada ao RI para que passe a contemplar e a acautelar estas situações e outras de natureza semelhante. -----

165 ----- Os conselheiros representantes da Associação de Pais, após tecerem algumas observações sobre a forma como todo este processo decorreu e, ainda que na sua opinião, a informação do processo tinha sido escassa, manifestaram o seu apoio à revisão, considerando-a essencial para reforçar a segurança, o controlo de acessos e a proteção dos alunos, garantindo o cumprimento de princípios legais e educativos. -----

170 ----- O presidente reforçou que procura partilhar sempre toda a documentação a que tem acesso e que considera necessária para que os membros do conselho fiquem devidamente esclarecidos sobre os assuntos aqui tratados. Recomendou ainda aos conselheiros que, sempre que necessitem de documentação adicional, a solicitem. -----

----- Finda a análise da proposta, os conselheiros deliberaram, por unanimidade, aprovar a alteração proposta ao artigo 162.º do Regulamento Interno, considerando-a necessária e adequada para
175 reforçar a segurança e a organização dos espaços escolares. -----

----- Ponto quatro - Aprovar a Comissão Eleitoral do Orçamento Participativo das Escolas. -----

----- O conselho procedeu à apreciação do Projeto do Orçamento Participativo das Escolas (OPE) 2026, tendo o mesmo sido analisado previamente pelos conselheiros. Após algumas apreciações dos
180 conselheiros, nomeadamente dos representantes da Associação de Pais que consideraram que a proposta de constituição da Comissão Eleitoral era adequada e conforme ao enquadramento legal, assegurando condições de transparência, imparcialidade e participação da comunidade educativa,

a comissão foi aprovada por unanimidade. O presidente do conselho reconheceu a sua relevância na promoção da participação cívica dos alunos.-----

185 ----- Ponto cinco - Apreciar o relatório periódico de execução do Plano Anual de Atividades. -----
----- O diretor salientou alguns dos aspetos que considera mais fortes neste plano, nomeadamente a diversidade das propostas apresentadas, a sua transversalidade e carácter inclusivo, o seu contributo para o reforço, consolidação e enriquecimento das aprendizagens. Destacou a importância de estar bem patente a avaliação das atividades realizadas, nomeadamente a que é feita pelos alunos.

190 Quanto às visitas de estudo, estas são uma ferramenta para consubstanciar as aprendizagens de sala de aula, promovendo ainda, a autonomia e responsabilidade. Continuou salientando outros aspetos, nomeadamente a importância de certas parcerias que possibilitaram a realização de diversas atividades, sendo que a Câmara Municipal de Anadia continua a ser um dos parceiros mais importantes, nomeadamente quando estas envolvem transportes. A finalizar esta apreciação, reforçou que este

195 relatório intermédio mostra já o importante contributo para a concretização do Projeto Educativo (PE) do Agrupamento de Escolas de Anadia. -----
----- Os conselheiros representantes da Associação de Pais, consideraram que foi feita uma apreciação globalmente positiva do relatório, destacando-se a diversidade de iniciativas e o alinhamento com o PE. Foram, no entanto, levantadas questões sobre monitorização, comunicação, avaliação

200 qualitativa, participação de alunos e famílias, equidade no acesso e rigor dos procedimentos, apontando oportunidades de melhoria nestes domínios. Continuam a considerar que a Associação de Pais deveria ser mais envolvida e convidada para as diversas atividades. -----
----- Relativamente às questões levantadas no parágrafo anterior, o diretor concordou que existem vários aspetos que carecem de melhoria e que já tem sido feito um grande esforço nesse sentido

205 como é o caso da monitorização/avaliação das atividades, a questão da comunicação e outras situações de foro mais institucional. No entanto, relativamente a outros aspetos como é o caso da equidade, considera que um pressuposto de todas as atividades é precisamente o garante desta equidade, garantindo o acesso de todos os alunos. Quanto à participação da Associação de Estudantes, esta tem vindo a fazer-se sentir um pouco mais, mas ainda há espaço para haver uma maior

210 intervenção. No que concerne a divulgação das atividades aos pais, principalmente de atividades em que estes possam participar mais ativamente ou apenas assistir, esta é feita com toda a transparência, quer através dos diretores de turma quer através dos canais de comunicação do agrupamento, sendo que neste caso é divulgada de igual forma para toda a comunidade, não havendo “convite” específico para qualquer grupo ou entidade distinta. -----

215 ----- Ainda quanto à questão da comunicação e divulgação das atividades e/ou eventos que se realizam no agrupamento, a conselheira Sofia Pereira considerou que esta é realmente uma questão que necessita de ser trabalhada. Os meios usados para divulgar deverão ser repensados, nomeadamente a página do agrupamento. Quanto à participação dos pais, nota-se um crescente desinteresse, bem patente na falta de conhecimento do que se passa com os seus educandos, na ausência

220 de envolvimento na aprendizagem e mesmo no contacto com os diretores de turma. O envolvimento dos pais é importante desde o primeiro ciclo e deve ser potenciado. -----

----- O conselheiro Bruno Cruz, considerou que o envolvimento e participação dos pais nas diversas atividades, nem sempre implica a presença física dos mesmos, mas o apoio de retaguarda que dão aos seus educandos para que as atividades se possam realizar. O envolvimento dos pais, nem

225 sempre implica que a Associação de Pais esteja envolvida, como se tem verificado pelo grande envolvimento dos pais em diversas atividades. -----

----- Quanto à divulgação das atividades e à melhoria da página do agrupamento, o diretor reforçou que já tem sido amplamente divulgada a necessidade de melhorar estes aspetos, tendo solicitado amiúde, contributos para esta tarefa. O presidente acrescentou que a divulgação das atividades e a produção de material para divulgar nas redes sociais ou na página do agrupamento necessita de uma equipa que trate essa informação. É necessário que haja um maior envolvimento dos diferentes intervenientes nesta tarefa. -----

----- O conselheiro Paulo Costa, relativamente à participação dos pais, reforçou que esta tem de ser encorajada pelos próprios professores, combatendo assim alguma inércia da parte dos pais,

235 tendo ainda partilhado a experiência muito positiva que teve ao longo da frequência do 1.ºCiclo dos seus educandos. Relativamente à divulgação, enquanto encarregado de educação concordou que efetivamente recebe muita informação do diretor de turma, relativamente às atividades que se vão promovendo. Considera que a informação tem chegado, mas que do outro lado tem de haver quem queira ouvir. -----

----- A conselheira Carmem Oliveira partilhou as dificuldades que têm sentido nas ações desenvolvidas para os pais e que são amplamente divulgadas. Considera que, progressivamente, os encarregados de educação têm sido cada vez menos assíduos na procura de informação e acompanhamento dos seus educandos. Ilustrou a sua intervenção com o exemplo dos cheques-dentista, que tem sido amplamente divulgado mesmo na comunicação social e um elevado número de encarregados de educação não dão seguimento a esta medida. -----

245 ----- A Conselheira Patrícia Flores, recentrando a discussão no documento em apreciação, manifestou a sua opinião salientando que, apesar de haver ainda um caminho a percorrer, nomeadamente o tentar perceber o que é que poderá potenciar uma maior participação dos pais, estas considerações não tiram valor ao rico plano de atividades que se está a analisar, havendo muita coisa feita e que valoriza a aprendizagem dos nossos alunos. -----

----- O conselheiro Alexandre Morgado, frisou que esta questão da falta de interesse dos pais, é sentida pela Associação de Pais, que também se tem debatido com dificuldades na comunicação e em fazer chegar a sua mensagem. -----

----- O presidente, em jeito de conclusão, salientou que o PAA do Agrupamento de Escolas de

255 Anadia se apresenta plenamente alinhado com o PE e tem vindo a revelar um contributo relevante para a concretização dos seus objetivos, constituindo uma dimensão essencial do processo educativo e contribuindo de forma significativa para a formação integral dos alunos. Destacou o seu caráter

flexível e dinâmico, bem como a diversidade e qualidade das atividades desenvolvidas, que promovem aprendizagens significativas e o desenvolvimento de competências transversais. Referiu ainda que, da análise efetuada, se evidencia um elevado grau de articulação e trabalho colaborativo entre departamentos, estruturas e parceiros externos, reforçando a inclusão, a interdisciplinaridade e a ligação à comunidade. -----

----- Esgotado o tempo previsto para a reunião, o presidente colocou à consideração do conselho o prolongamento da reunião por mais meia hora, o que foi prontamente consentido. -----

----- O conselheiro Tiago Castelo Branco, partilhou uma atividade que se irá realizar em Vilarinho do Bairro que consiste na ida dos pais à escola para mostrarem a sua profissão. -----

----- O diretor realçou que este projeto a que o conselheiro Tiago Castelo Branco aludiu, já tem sido promovido ao longo dos anos, em diversas escolas. Partilhou um outro projeto intitulado “Esta escola já foi minha” que já está em andamento e que tem trazido novamente à escola os antigos alunos, os quais partilham as suas experiências. Quanto à questão levantada pelo mesmo conselheiro relativamente ao timing das atividades nem sempre coincidir com o dos encarregados de educação, lembrou que os professores também têm o seu horário e a sua vida pessoal, mas têm mostrado grande disponibilidade quer para receber os encarregados de educação quer para o desenvolvimento de outras atividades em horário não coincidente com o seu. -----

----- O Conselho emitiu, por unanimidade, parecer favorável ao relatório apresentado. -----

----- Ponto seis - Aprovar o mapa de férias do diretor. -----

----- Foi apresentada a proposta do mapa de férias do diretor, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

----- O conselheiro Paulo Costa informou que o Conservatório de Águeda contactou a Associação de Pais no sentido de realizar um espetáculo para promover o ensino articulado. Esta ideia foi também reencaminhada para a autarquia. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o presidente deu por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata.-----

O presidente da reunião,
(Jorge Humberto Martins Pereira)

A secretária,
(Anunciação Maria Silva Calado)